

# PODER LEGISLATIVO



## *ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ*

PROJETO DE LEI

Nº 781/2019

AUTORES:

DEPUTADO GOURA, DEPUTADO EVANDRO ARAUJO, DEPUTADA MABEL CANTO, DEPUTADO MARCIO PACHECO, DEPUTADO TERCÍLIO TURINI, DEPUTADO ARILSON CHIORATO, DEPUTADO PROFESSOR LEMOS, DEPUTADO REQUIÃO FILHO, DEPUTADA CRISTINA SILVESTRI

EMENTA:

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE SUBSÍDIOS A SERVIÇOS DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DE PASSAGEIROS NO ESTADO DO PARANÁ.



# PODER LEGISLATIVO



## *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

PROJETO DE LEI

Nº: 781/2019

AUTORES: DEPUTADO GOURA, DEPUTADO EVANDRO ARAUJO, DEPUTADA MABEL CANTO, DEPUTADO MARCIO PACHECO, DEPUTADO TERCÍLIO TURINI, DEPUTADO ARILSON CHIORATO

EMENTA:

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE SUBSÍDIOS A SERVIÇOS DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DE PASSAGEIROS NO ESTADO DO PARANÁ.

PROTOCOLO Nº: 5582/2019



00087150

---

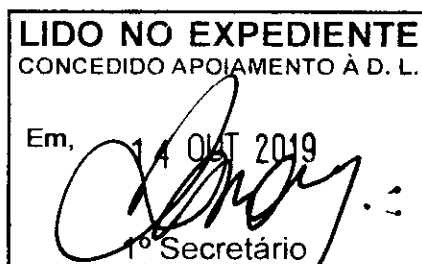
DIRETORIA LEGISLATIVA





# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

## PROJETO DE LEI Nº 461 /2019



Dispõe sobre concessão de subsídios a serviços de transporte público coletivo de passageiros no Estado do Paraná.

Art. 1º Esta lei regulamenta a concessão de recursos para subsídios tarifários a serviços de transporte público coletivo por parte do Estado do Paraná.

Parágrafo único. Para fins desta lei, subsídio tarifário é o aporte financeiro para custeio do serviço de transporte coletivo público de passageiros, com a finalidade de diminuir ou isentar o valor da tarifa pública cobrada dos usuários e incentivar a utilização do transporte público.

Art. 2º A utilização de recurso estadual para subsídio tarifário de serviço de transporte coletivo público de passageiros deverá atender ao princípio da transparência, tendo como requisitos:

- I - a especificação da natureza da receita - se extra tarifária, alternativa, subsídio orçamentário, subsídio cruzado intrasetorial ou intersetorial proveniente de outra categorias de beneficiários do serviço de transporte ou outra fonte;
- II - a existência de dotação orçamentária;
- III - convênio firmado entre o Estado, a Coordenação Metropolitana e os Municípios beneficiários, em que se especificará o valor total do subsídio, o



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

número de parcelas, as datas de pagamento e as dotações orçamentárias que serão utilizadas.

Art. 3º Os dados sobre os serviços de transporte público coletivo de passageiros, incluindo recursos investidos, deverão ser disponibilizados à população de forma a facilitar o acesso e a interpretação a respeito da concessão e aplicação do subsídio.

Art. 4º A concessão de recursos para subsídio tarifário de serviço de transporte público coletivo aos municípios deve atender aos seguintes critérios, cumulativamente:

- I - existência de conselho municipal de transporte público aprovado pela Câmara Municipal, nos municípios com mais de dez mil habitantes;
- II - existência de plano de mobilidade urbana, nos municípios com mais de vinte mil habitantes;
- III - divulgação dos reajustes tarifários com antecedência mínima de 30 dias úteis de sua implantação;
- IV - inexistência de publicidade de bebidas alcoólicas, cigarros e de transporte individual motorizado de passageiros, nos ônibus, terminais e nas estações de transporte público.

§ 1º O conselho municipal de transporte a que se refere o inciso I terá atribuição de fiscalizar a execução dos serviços e sugerir medidas para seu aprimoramento ao Estado e ao Município, devendo ser, no mínimo, paritário em relação aos representantes da sociedade civil.

Art. 6º Observar-se-á, na aplicação de recursos estaduais para custeio do serviço de transporte coletivo público de passageiros entre diferentes municípios, proporcionalidade relativa a:

- I - número de passageiros transportados;
- II - custo do serviço;
- III - critérios de qualidade previstos nos contratos e na legislação de regência.



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Parágrafo único. Os municípios com população superior a trezentos mil habitantes e transporte público integrado com aqueles que o circundam deverão ter preferência no recebimento de recursos.

Art. 7º Esta lei entra em vigor 180 dias após sua aprovação.

Curitiba, 9 de outubro de 2019.

*Goura*  
**Goura**  
Deputado Estadual

*Evandro Araújo*  
**Evandro Araújo**  
Deputado Estadual

*M. Canto*  
**Mabel Canto**  
Deputada Estadual

*Marcio Pacheco*  
**Marcio Pacheco**  
Deputado Estadual

*Tercilio Turini*  
**Tercilio Turini**  
Deputado Estadual

*Arilson Maroldi Chiorato*  
**Arilson Maroldi Chiorato**  
Deputado Estadual



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### Justificativa

O transporte está consagrado como direito social no art. 6º da Constituição Federal. Sem prejuízo a isto, em 2012 foi sancionada a lei nº 12.587 (Política Nacional de Mobilidade Urbana), que consolidou diferentes regras para o desenvolvimento urbano - também previsto na Constituição (art. 21, XX) - através do transporte e acessibilidade.

A Política Nacional de Mobilidade Urbana - PNMU tem entre seus princípios a equidade no acesso dos cidadãos ao transporte público coletivo (art. 5º, III) e entre suas diretrizes a garantia da sustentabilidade econômica das redes de transporte público coletivo de passageiros, de modo a preservar a continuidade, a universalidade e a modicidade tarifária do serviço (art. 6º, VIII).

A PNMU conceitua subsídio tarifário como **existência de diferença a menor entre o valor monetário da tarifa de remuneração da prestação do serviço de transporte público de passageiros e a tarifa pública cobrada do usuário (art. 9º, §3º).**

É notório que o sistema de transporte público pode ter um custo alto, principalmente quando integrado entre diferentes municípios. Por outro lado, são também notórios os benefícios potenciais pelo incentivo à sua utilização por parte da população - para citar alguns: impulso ao desenvolvimento econômico local e maior segurança nas ruas pelo aumento do número de transeuntes; redução da poluição atmosférica, sonora e de congestionamentos pela diminuição do uso dos automóveis; aumento da renda dos cidadãos considerando que o transporte coletivo é opção menos custosa do que o carro.

A adesão popular ao transporte público coletivo depende, porém, da manutenção da modicidade tarifária e de que se ofereça um serviço de qualidade. Pode ser extremamente desejável ou mesmo inevitável, para tanto, que se subsidie a operação do serviço. O art. 9º, §5º da PNMU elenca as possibilidades de subsídio: receitas extra tarifárias, alternativas, subsídios



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

orçamentários, subsídios cruzados intrasetoriais e intersetoriais, dentre outras fontes.

O subsídio orçamentário já é prática aplicada em Curitiba há tempo - seja pelo próprio Município, seja em parceria com o Estado que, somente neste ano, injetou R\$ 40 milhões de recurso no sistema da capital.

Diante disso, este projeto de lei visa aprimorar a transparência desta política e contribuir para o desenvolvimento dos municípios beneficiados. Há que se notar que é competência concorrente legislar sobre orçamento público, conforme art. 24, II da Constituição Federal e art. 13, II da Constituição Estadual.

No atual contexto brasileiro, com o crescimento da motorização privada individual e dos aplicativos de serviço particular de transporte, tráfego intenso e a perda de passageiros no transporte coletivo, é importante implantar medidas que proporcionem uma mobilidade urbana que não onere o usuário, seja acessível, integrada, eficiente, segura e de qualidade.



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Certifico que o presente expediente protocolado sob nº 5582/2019 - DAP, em 14/10/2019, foi autuado nesta data como Projeto de Lei nº 781/2019.

Curitiba, 14 de outubro de 2019.

  
Danielle Requião  
Matrícula nº 16.490

Informamos que revendo nossos registros, em busca preliminar, constatamos que o presente projeto:

- ☐ guarda similitude com \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
- ☐ guarda similitude com a(s) proposição(ões) em trâmite  
\_\_\_\_\_
- ☐ guarda similitude com a(s) proposição(ões) arquivada(s) \_\_\_\_\_
- ☒ não possui similar nesta Casa.
- ☐ dispõe sobre matéria que sofreu rejeição na presente Sessão Legislativa.

  
Danielle Requião  
Matrícula nº 16.490

1- Ciente.

2- Encaminhe-se: ☒ à Comissão de Constituição e Justiça.  
☐ ao Núcleo de Apoio Legislativo.

Curitiba, 15 de outubro de 2019.

  
Dyllardi Alessi  
Diretor Legislativo

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Diretoria Legislativa

Praça Nossa Senhora de Saete, s/n, Ed. Palácio XIX de Dezembro – 3º Andar  
Curitiba – PR – CEP: 80530-911 – Telefone: (41) 3350-4138.





## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Pc Nossa Senhora De Salete SN - Bairro Centro Cívico - CEP 80530911 - Curitiba - PR - <https://www.assembleia.pr.leg.br>

### INFORMAÇÃO Nº 3531/2022

Informo que houve requerimento solicitando a inclusão dos Deputados Professor Lemos e Requião Filho, como coautores do Projeto de Lei nº 781/2019, de autoria do Deputado Goura, conforme o protocolo de nº 324/2022, apresentado na Sessão Plenária (Sistema de Deliberação Misto) do dia 7 de março de 2022.

Curitiba, 8 de março de 2022.

Maria Henrique de Paula  
Matrícula n.º 40.668



**MARIA HENRIQUE**

Documento assinado eletronicamente em 08/03/2022, às 17:19, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site  
<https://consultas.assembleia.pr.leg.br/#/documento> informando o código verificador **3531** e o  
código CRC **1C6D4A6F7C7A0AD**



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Pc Nossa Senhora De Salete SN - Bairro Centro Cívico - CEP 80530911 - Curitiba - PR - <https://www.assembleia.pr.leg.br>

DESPACHO - DL Nº 2274/2022

Ciente;

Procedam-se às anotações necessárias quanto ao requerimento de coautoria;

Encaminhe-se à Comissão Constituição e Justiça.

**Dylliardi Alessi**  
**Diretor Legislativo**



**DYLLIARDI ALESSI**

Documento assinado eletronicamente em 09/03/2022, às 19:03, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site  
<https://consultas.assembleia.pr.leg.br/#/documento> informando o código verificador **2274** e o  
código CRC **1A6C4C6D8A4F1FB**



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Pc Nossa Senhora De Salete SN - Bairro Centro Cívico - CEP 80530911 - Curitiba - PR - <https://www.assembleia.pr.leg.br>

### INFORMAÇÃO Nº 4272/2022

Informo que houve requerimento solicitando a inclusão da Deputada Cristina Silvestri, como coautora do Projeto de Lei nº781/2019, de autoria do Deputado Goura, conforme o protocolo de nº 827/2022, apresentado na Sessão Plenária (Sistema de Deliberação Misto) do dia 12 de abril de 2022.

Curitiba, 20 de abril de 2022.

**Guilherme Locatelli**  
Matrícula n.º 17.604



**GUILHERME LOCATELLI RODRIGUES**

Documento assinado eletronicamente em 20/04/2022, às 13:16, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site  
<https://consultas.assembleia.pr.leg.br/#/documento> informando o código verificador **4272** e o  
código CRC **1A6E5F0A4D7E1FF**



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Pc Nossa Senhora De Salete SN - Bairro Centro Cívico - CEP 80530911 - Curitiba - PR - <https://www.assembleia.pr.leg.br>

### DESPACHO - DL Nº 2752/2022

Ciente;

Após anotações, anexe-se o requerimento à Proposição;

Encaminhe-se à Comissão de Constituição e Justiça.

**Dylliardi Alessi**  
**Diretor Legislativo**



**DYLLIARDI ALESSI**

Documento assinado eletronicamente em 22/04/2022, às 13:52, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site  
<https://consultas.assembleia.pr.leg.br/#/documento> informando o código verificador **2752** e o  
código CRC **1E6B5A0B4B7F1FC**

# PODER LEGISLATIVO



## *ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ*

REQUERIMENTO

Nº 324/2022

AUTORES:DEPUTADO PROFESSOR LEMOS

EMENTA:

REQUER A INCLUSÃO DE COAUTORES DO PROJETO DE LEI Nº 781/2019.





## **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ**

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Pc Nossa Senhora De Salete SN - Bairro Centro Cívico - CEP 80530911 - Curitiba - PR - <https://www.assembleia.pr.leg.br>

**REQUERIMENTO Nº 324/2022**

### **REQUERIMENTO**

Requer a inclusão de coautores do Projeto de Lei nº 781/2019.

Senhor Presidente,

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, requerem a inclusão do Deputado Professor Lemos e o Deputado Requião Filho como coautores do Projeto de Lei nº 781/2019, que dispõe sobre concessão de subsídios a serviços de transporte público coletivo de passageiros no Estado do Paraná, de autoria do Deputado Goura e outros deputados.

Curitiba, 07 de março de 2022.

**Goura**

**Deputado Estadual**

**Professor Lemos**

**Deputado Estadual**

**Requião Filho**

**Deputado Estadual**



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Pc Nossa Senhora De Salete SN - Bairro Centro Cívico - CEP 80530911 - Curitiba - PR - <https://www.assembleia.pr.leg.br>



### DEPUTADO PROFESSOR LEMOS

Documento assinado eletronicamente em 07/03/2022, às 16:51, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



### DEPUTADO REQUIÃO FILHO

Documento assinado eletronicamente em 07/03/2022, às 16:55, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



### DEPUTADO GOURA

Documento assinado eletronicamente em 07/03/2022, às 16:55, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://consultas.assembleia.pr.leg.br/#/documento> informando o código verificador **324** e o código CRC **1A6D4D6E6E7F8EF**

# PODER LEGISLATIVO



## *ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ*

REQUERIMENTO

Nº 836/2022

AUTORES:DEPUTADO GOURA, DEPUTADA CRISTINA SILVESTRI

EMENTA:

REQUER A COAUTORIA DA DEPUTADA CRISTINA SILVESTRI AO PROJETO DE LEI 781/2019, DE AUTORIA DO DEPUTADO GOURA E OUTROS.



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Pc Nossa Senhora De Salete SN - Bairro Centro Cívico - CEP 80530911 - Curitiba - PR - <https://www.assembleia.pr.leg.br>

### REQUERIMENTO Nº 836/2022

Requer a coautoria da Deputada Cristina Silvestri ao Projeto de Lei 781/2019, de autoria do Deputado Goura e outros.

Os Deputados Estaduais que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais requerem a inclusão de **COAUTORIA NO PROJETO DE LEI 781/2019**, para que conste como autor também a **Deputada Cristina Silvestri**.

Curitiba, 12 de abril de 2022

**Cristina Silvestri**

**Goura**

Deputado Estadual

Deputado Estadual



**DEPUTADA CRISTINA SILVESTRI**

Documento assinado eletronicamente em 12/04/2022, às 10:56, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



**DEPUTADO GOURA**

Documento assinado eletronicamente em 12/04/2022, às 11:16, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://consultas.assembleia.pr.leg.br/#/documento> informando o código verificador **836** e o código CRC **1E6C4D9B7F6D8FC**